

PÁG 2 Com participação recorde, B3 apresenta planos para o mercado livre

PÁG 5 Reformas do setor elétrico e gás são prioridade para Ministério da Economia

PÁG 8 Últimos passos para implementação do Preço Horário

PÁG 10 Distribuidoras terão serviços normalizados, incluindo migrações

PÁG 12 Fórum do Gás define ações para divulgar a importância da aprovação do PL do Gás

PÁG 15 Sexta Livre: Deputado Arnaldo Jardim conversa com associados sobre a agenda do Setor

PÁG 17 Seção especial: Lives do Setor

PÁG 19 Radar Legislativo

PÁG 21 Curtas

PÁG 22 Próxima semana



Com participação recorde, B3 apresenta planos para o mercado livre

Matéria em 1 minuto:

A Plataforma B3 Energia deve ser lançada em setembro;

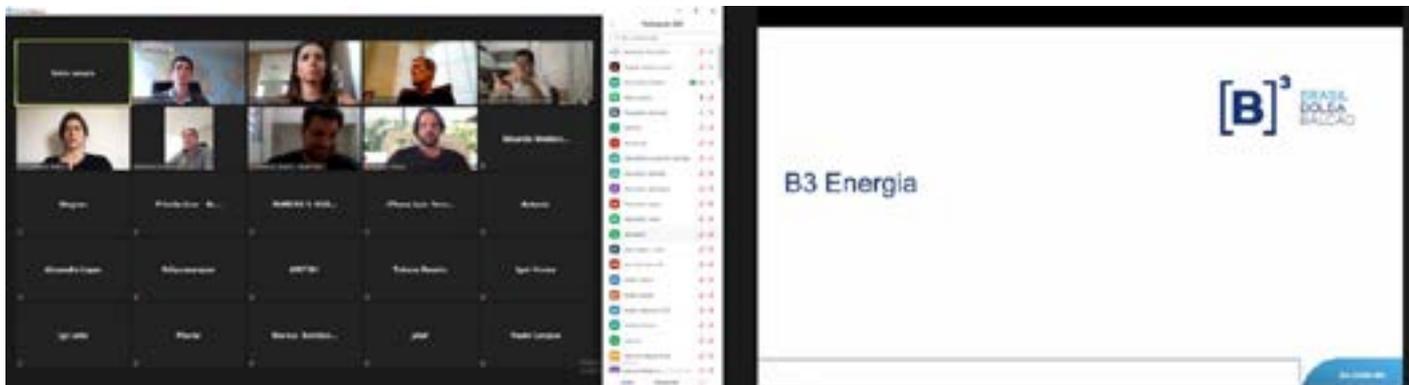
Propostas ainda estão em desenvolvimento e a B3 busca construir soluções em conjunto com o mercado;

No início da próxima semana, a B3 compartilhará sua apresentação e responderá as questões remanescentes das associadas da Abraceel.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 22.07, a B3 realizou call com a Abraceel para apresentar os produtos que estão sendo desenvolvidos para o mercado livre de energia. Reginaldo Medeiros destacou a grande expectativa dos agentes sobre o tema, em especial os produtos financeiros, confirmada pela presença recorde de mais de 250 pessoas na reunião, incluindo os conselheiros Ricardo Lisboa, Alessandro Brito Cunha, Daniel Marrocos, Luiz Macedo e Paulo Tarso.



Fábio Zenaro, Diretor de Produtos Balcão, Commodities e Novos Negócios da B3, apontou que a intenção é usar a expertise da B3 no mercado financeiro para colaborar com o mercado de energia. Alegou que o desenvolvimento dos produtos está demandando tempo, pois tiveram que conseguir autorização da CVM e também fizeram um mapeamento dos fluxos do mercado de energia com uma consultoria. Ressaltou que o objetivo é construir soluções em conjunto com o mercado.

Ana Beatriz Mattos, Superintendente de Novos Negócios da B3, apresentou os grandes desafios do setor de comercialização na visão da entidade. Segundo ela, existe uma visão compartilhada entre os agentes que o desenvolvimento do mercado de energia passa pelos derivativos. Uma bolsa de derivativos é adaptada a atual legislação, mas a

bolsa para o mercado físico exigiria alterações regulatórias. Nesse sentido, a B3 pretende dar o primeiro passo neste caminho lançando uma plataforma de informações até o final de setembro deste ano. A Plataforma B3 Energia deve ter divulgações de curvas de preços e controles de alavancagem, que indicarão o registro de contratos além dos limites de risco e exposição.

O papel da B3 será o de analisar as informa-

ções dos contratos e indicar uma referência quantitativa de risco para emitir um selo de qualidade. A plataforma, de adesão voluntária, será uma ferramenta centralizada para controle de riscos, de forma que todo o portfólio do agente precisará estar na plataforma, mas não obrigatoriamente todas as suas contrapartes. Ana reforçou que a B3 está sujeita ao sigilo das informações e julgam que a divulgação da curva de preços por vértice não irá expor nenhum dado confidencial do contrato, já que há um trabalho estatístico em cima dos dados para evitar qualquer possibilidade de quantificação reversa, o que está sendo avaliado junto à escritórios de advocacia.

Com grande participação, os associados externaram suas dúvidas, destacando, por exemplo, as diferenças existentes na gestão de risco de portfólio entre as comercializadoras e questionando como seria a padronização de métricas. A B3 considera que cada casa manterá suas próprias métricas para operar, mas na hora de publicá-las serão através da referência da B3. O selo será um consolidado de informações.



Os associados ainda ressaltaram que há cláusulas de flexibilidade que variam entre contratos e Ana respondeu que essa característica não estará definida no produto da B3, mas vão discutir se tem influência no preço. Foi questionado qual seria a penalidade para o agente que informar apenas parcialmente o portfólio, e a B3 explicou que, conforme processos internos para essa verificação, o agente poderá perder pontos em um sistema de pontuação, e dependendo da severidade da ocultação, perder o selo.



Ainda não estão definidos os custos da plataforma, e não há uma adesão mínima para viabilizá-la. A B3 considera fundamental que o mercado esteja confortável com a solução, que poderia ser aprimorada ao longo do tempo, por isso tem buscado manter um diálogo aberto com os agentes. A B3 se prontificou a responder as perguntas que não tiveram tempo para serem debatidas durante a reunião e irá disponibilizar as respostas, juntamente com a apresentação, no início da semana que vem.



Reformas do setor elétrico e gás são prioridade para Ministério da Economia

Matéria em 1 minuto:

Liberalização de mercado é mantra na pasta, mas há pontos de atenção para abertura ampla e segura no caso do setor elétrico;

Todas dúvidas apresentadas pela pasta já foram ou estão sendo objeto de estudo da Abraceel, que apresentará os resultados em nova reunião;

Associação fará nova reunião para discutir os impactos da reforma tributária na comercialização de energia.



Tempo de leitura:
4 minutos

A portabilidade da conta de luz é pauta prioritária no Ministério da Economia, mas a equipe defende ajustes para promover uma liberalização segura. Para compreender quais os entraves para o avanço da pauta, a diretoria da Abraceel esteve com a Secretária de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) e a Secretária de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria (Secap) do Ministério da Economia na última quarta (22.07). Das questões apresentadas pelo Ministério, a Abraceel apontou que já tinha estudo com solução (mercado de capacidade) e estudo em andamento (abertura do mercado para a baixa tensão), fechando nova agenda de reunião para apresentar os resultados e avançar com a pauta.

Reginaldo Medeiros – “A reforma setorial é sempre olhada sob a perspectiva do setor elétrico, falta a perspectiva da economia”:

Abrindo a reunião e agradecendo a agenda, Reginaldo fez menção à carta da Abraceel enviada ao ministro Paulo Guedes ([disponível na área restrita](#)), em maio, sobre a oportunidade para aprovar o PLS 232/2016. Destacou a existência de uma sobra estrutural de oferta no mercado elétrico brasileiro e um cenário de preços baixos no mercado livre, o que estimula a competitividade do setor produtivo, em particular da pequena e média indústria, com demanda inferior a 500 kW. Disse também que quase todos os consumidores que podem migrar para o mercado livre, já estão nesse ambiente, desfrutando dos benefícios, sendo urgente avançar com a liberalização.

Também destacou o mecanismo de preço suporte criado pelo BNDES que fomenta a expansão da geração de energia elétrica no Brasil no mercado livre, que responde por 34% do novo parque gerador em construção no país.

Ressaltou que a discussão da reforma setorial também tem sido feita exaustivamente

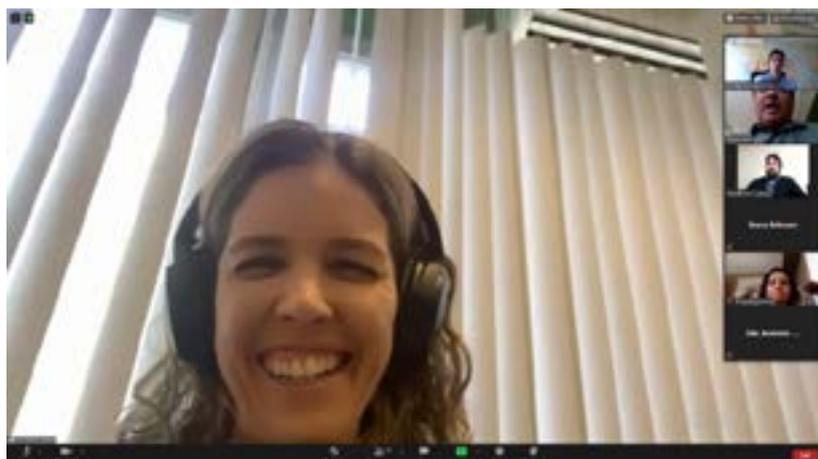
pelos agentes. Os projetos de lei 1917 e 232 tramitam há mais de cinco anos no Legislativo, além da CP 33 do MME, que foi amplamente discutida no governo anterior.

Por fim, frisou que o novo modelo do setor é sempre discutido sob a ótica do setor elétrico, mas pouco sob a perspectiva da economia, ainda que represente uma grande oportunidade para reduzir o custo-Brasil que não está sendo usufruído fruto de uma inércia de decisão.

Thaís Chaves (Ministério da Economia) – **“Somos favoráveis à abertura, mas é preciso cuidado com as distorções”**

A reforma do setor elétrico é pauta prioritária do Ministério da Economia, mas a pasta está atenta com questões que consideram essenciais de serem resolvidas antes da abertura, como a confiabilidade e a segurança do sistema.

Christiany Faria (Ministério da Economia) – **“O mantra é a liberalização de mercado, contemplando todos os pontos que estão cobertos no PLS 232”**



Também alertou a cautela que o ministério tem em relação a algumas questões, por exemplo, a separação de lastro x energia e tarifa binômia. Também falou sobre um estudo em parceria com o PNUD para avaliar qual a melhor forma de realizar essa abertura, antecipando entraves e discutindo soluções. Perguntou o posicionamento da Abraceel sobre os contratos le-

gados e como ficaria a situação de uma família de baixa renda que não migrou para o mercado livre.

Contratos legados

Alexandre Lopes, VP de Energia da Abraceel, mencionou estudo realizado com a PSR que quantificou os contratos legados e vem sendo atualizado. De acordo com o estudo, a abertura de todo o mercado é factível em 2024 destacando três pontos que podem interferir esse cronograma: térmicas contratadas por disponibilidade, privatização da Eletrobras (fim do modelo de cotas) e novo modelo de comercialização da energia de Itaipu.

Sobre o estudo Abraceel de mercado de capacidade, destacou que é uma saída pragmática para resolver o problema de contratação e alocação do custo, evitando subsídios. Esse modelo também equacionaria as contradições atuais, quando temos queda no consumo e preço de energia subindo. Outras questões relacionadas à baixa tensão es-



tão sendo estudadas com a Consultoria Thymos e serão apresentados até setembro ao Ministério.

Venda de excedentes de GD

Alexandre também apresentou a pauta da Abraceel sobre venda de excedentes de micro e minigeração distribuída, um modelo de comercialização que envolve pagamento de impostos e pagamento de uso da rede. Reginaldo complementou que essa pauta está viabilizando uma abertura do mercado às avessas, no qual o consumidor elimina suas obrigações com a distribuidora carregando uma boa parcela de subsídios. “Enquanto o brasileiro não tem liberdade de escolha, toda hora surge um custo que é empurrado ao consumidor. A decisão de não fazer nada implica um custo adicional. O modelo atual é ineficiente e indutor de criação de custo, porque não são tomadas decisões para corrigir as enormes distorções apresentadas pelo modelo comercial do setor”, finalizou.

Abertura do Mercado

O diretor de Eletricidade e Gás, Bernardo Sicsú, destacou o papel da Abraceel como associação propositiva, que apresenta soluções para corrigir as distorções há muito apresentadas pelo modelo setorial e amplificadas com a crise. Também lembrou que uma grande crítica à abertura do mercado seria o desequilíbrio que causaria no setor e que o MME soltou duas portarias reduzindo a reserva de mercado e até o momento nenhuma distorção foi vista. Assim sendo, e diante da urgência trazida pela pandemia, é fundamental avançar na agenda.

Impactos da reforma tributária na comercialização e PL do Gás

Finalizando a reunião, a Abraceel manifestou preocupação com os impactos da reforma tributária na comercialização de energia. Os participantes sugeriram contato com a secretaria executiva do Ministério para receber melhor orientação. O ME também informou que está elaborando uma agenda tributária para o setor gás natural, visando solucionar os imbróglis, estando atentos às térmicas na base, e ressaltou a importância na aprovação da nova Lei do Gás.

Últimos passos para implementação do Preço Horário

Matéria em 1 minuto:

A previsão é finalizar o reprocessamento do ano passado até o final de setembro;

Em outubro a Câmara vai operar e publicar o PLD horário com as orientações que valerão nas Regras e Procedimentos 2021;

CCEE afirmou que aprovar o PrevCarga para a formação de preços não é condição impeditiva para entrada do preço horário.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 23.07, a CCEE realizou o 7º encontro mensal do preço horário. Abrindo o evento, a conselheira Talita Porto anunciou que estão disponíveis as videoaulas sobre preço horário no portal do aprendizado da Câmara. Informou que a CCEE está disponibilizando o reprocessamento da contabilização sombra, sendo que a previsão é finalizar o reprocessamento do ano passado até o final de setembro.



Talita comunicou que a CCEE enviou para a Aneel, no início de julho, a complementação das Regras 2021 com o descritivo detalhado do PLD horário, e que os procedimentos de comercialização serão enviados em breve. A proposta é que seja estabelecido o prazo de publicação do preço até às 20h do dia anterior e também há uma proposta do plano de contingência. A expectativa é que a partir de outubro a Câmara opere e publique o PLD horário já com as orientações que valerão nas Regras e Procedimentos 2021.

Sobre o uso do CPLEX, Talita reforçou que é uma decisão que já foi tomada anteriormente. Como a entrada do PLD horário foi definida em Portaria do MME no ano passado, estão seguros e confortáveis com o prazo de implementação em janeiro de 2021, especialmente com a reprodutibilidade do Dessem, que foi equacionada. Adicionalmente, Rodrigo Sacchi informou que irão enviar em breve carta para a Aneel com as orienta-



ções dos pré-requisitos de mesmo conjunto de instruções de AVX para gerar os resultados compatíveis com os oficiais.

A proposta de contingência que está sendo colocada nas Regras é para o caso que o ONS não tenha problema em obter resultados no Dessem, mas a CCEE sim. Caso a Câmara não publique o preço até o prazo de 20h, estes serão os níveis de contingência: 1) é desabilitado unit commitment, 2) o PLD será o PLD do dia anterior no caso de ambos serem dias úteis, 3) o PLD será o CMO médio horário de cada submercado, desde que o CMO tenha sido publicado, 4) o PLD será o resultado do Decomp da CCEE da mesma semana operativa, 5) o PLD será o CMO do Decomp do ONS, que foi publicado no PMO ou revisões, 6) o PLD será resultado do 2º estágio do Decomp da CCEE. Foi ressaltado que a proposta dos critérios da CCEE é paralela à contingência já adotada pelo ONS.

Sobre o PrevCarga, uma nova versão foi validada neste mês, atribuindo maior importância aos dados mais recentes e estendendo o modelo de combinação a cada semi-hora. Essas melhorias ocorreram porque em abril houve uma piora no acerto da previsão do PrevCarga, mas em maio o modelo conseguiu “aprender” o novo contexto da carga reduzida. Por exemplo, em abril 52% dos erros do PrevCarga em relação à Programação Diária foram maiores que 5%, já em maio essa porcentagem caiu para 19%.

Foi explicado que o PrevCarga precisa rodar com a versão específica do R para gerar resultados compatíveis com os oficiais. A partir de 31.07, os resultados do modelo serão disponibilizados diariamente, com a informação de variação em relação ao realizado. Talita afirmou que aprovar o PrevCarga para a formação de preços não é condição impeditiva para entrada do preço horário. Lembrou que a Aneel direcionou essa discussão para o Comitê Técnico PMO/PLD e que pretende adiantar essa discussão antes de dezembro. Por fim, é esperada uma manifestação conjunta entre Aneel, CCEE e ONS sobre o assunto.

A apresentação realizada pela CCEE está disponível na área restrita do associado, seção documentos gerais. [\(clique aqui para acessar\)](#)



Distribuidoras terão serviços normalizados, incluindo migrações

Matéria em 1 minuto:

Aneel prorrogou a vigência da REN 878/2020 até o dia 31.07;

A diretriz é de retomada de todas as obrigações;

A partir de 01.08 os consumidores residenciais poderão ter o fornecimento suspenso por inadimplência, com exceção daqueles de baixa renda, que irá perdurar até 31.12;

Será retomada a obrigação de adaptação do SMF, o que beneficia o processo de migração para o mercado livre, em linha com o pleiteado pela Abraceel.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 21.07, a Diretoria da Aneel deliberou sobre o resultado da Consulta Pública nº 38/2020, que tratou da revisão da REN 878/2020, sobre as condições de prestação do serviço de distribuição durante a pandemia. A REN 878 foi emitida no dia 24.03, como resposta imediata para as determinações de isolamento social, e tinha vigência inicial de 90 dias.

Dentre as medidas estabelecidas pela norma, destaque para: (i) a proibição do corte por inadimplência dos consumidores residenciais, (ii) não penalização em caso de não adequação do SMF, (iii) redução dos desligamentos programados, (iv) não exigência do atendimento presencial e cumprimento de indicadores de atendimento telefônico, e (v) não exigência de entrega da fatura impressa.

Devido à proximidade da extinção do prazo, a Aneel já prorrogou a vigência da resolução até 31.07, mas abriu discussão para discutir sua transição. As contribuições das distribuidoras alegaram que os serviços estão sendo prestados adequadamente de forma remota, o que não ensejaria retomada de atividades presenciais. Além disso, apontaram que as exigências sanitárias em cada estado são diferentes, o que dificultaria a retomada.

A sugestão da área técnica após a análise das 240 contribuições de 71 agentes na CP – e acatada pela diretoria – foi para que a diretriz seja, ao invés de flexibilização de obrigações, de retomada de todas as obrigações. Se eventualmente as distribuidoras não conseguirem cumpri-las, poderão se reportar à Aneel para que os casos sejam analisados.

Assim, a partir de 01.08 os consumidores residenciais poderão ter o fornecimento suspenso por inadimplência, com exceção daqueles de baixa renda. Inicialmente, a proibi-



ção do corte do consumidor de baixa renda iria perdurar até o fim do auxílio emergencial, porém a Aneel decidiu vincular o prazo ao estado de emergência, em 31.12. Outra mudança após as contribuições diz respeito à permissão da cobrança da taxa de religação.

Também será retomada a obrigação de adaptação do SMF, o que beneficia o processo de migração para o mercado livre. A proposta inicial previa um prazo para regularização dos serviços pendentes ou que não foram atendidos por causa da pandemia até 31.08 em ordem cronológica do pedido. Porém, as distribuidoras alegaram alta demanda reprimida e a Aneel eliminou a observação da ordem cronológica, mas mantendo a exigência e o prazo para adequação, em linha com o pleiteado pela Abraceel.

Por fim, em atendimento a Lei 14.015/2020, a Aneel irá aproveitar a revisão para alterar REN 414/2020, atendendo ao comando legal de impedimento de corte às sextas-feiras e vésperas de feriado.



Fórum do Gás define ações para divulgar a importância da aprovação do PL do Gás

Matéria em 1 minuto:

Abpip (Associação dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás) é a nova integrante do Fórum do Gás;

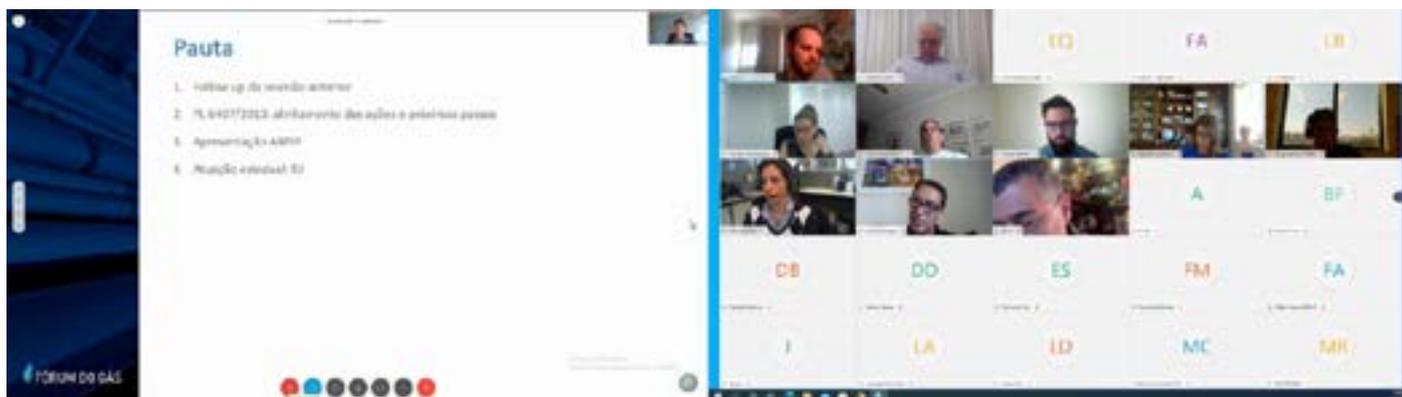
É discutido um conjunto de ações para divulgar a importância da aprovação do PL do gás;

Fórum intensificará ações nos estados estratégicos para 2020.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 22.07, aconteceu por videoconferência a 3ª Reunião Ordinária do Fórum do Gás. Na pauta: (i) atualização das ações definidas na última reunião; (ii) PL 6.407/13; e (iii) atuação estadual. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú, Yasmin Oliveira e Danyelle Bemfica.



Adesão Abpip

No último mês, os integrantes do Fórum do Gás aprovaram a adesão da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip). Com isso, iniciando a reunião, Anabal Santos, Secretário Executivo da Abpip, agradeceu a oportunidade e colocou a associação à disposição para construção conjunta das ações do Fórum. A entrada da Abpip é bastante significativa, pois marca o retorno dos produtores de petróleo e gás ao Fórum do Gás, ampliando sua representatividade.

Últimas ações

Em seguida, foram apresentadas as atualizações das atividades do Fórum definidas na última reunião, sendo elas:

1. Envio de ofício à Petrobras solicitando a postergação da flexibilização da cobrança de penalidades devido à crise do Covid-19. Em resposta, a Petrobras alegou que a



flexibilização ia ser mantida apenas para os volumes de gás prejudicados pelas medidas de contenção da pandemia;

2. Envio de ofício à ANP solicitando publicidade das capacidades de transportes nas transportadoras. Até a data da reunião, o ofício não havia sido respondido;

3. Agendamento de reunião sobre o processo de contratação de capacidade com as transportadoras para a primeira quinzena de agosto. Em seguida, será agendada reunião com a ANP para discutir as ações do regulador sobre o tema; e

4. O documento que contempla as diretrizes federais para harmonização da regulação estadual, que foi divulgado ao Comitê de Monitoramento da Abertura do mercado do Gás Natural (CMGN), aos estados e para a Agências Brasileira das Agências Reguladoras (ABAR). A ANP deverá abrir consulta pública sobre o tema nas próximas semanas.

PL do gás

Diante da iminente possibilidade de aprovação do PL 6.407/13 na Câmara, o Fórum do Gás definiu algumas estratégias para atuação.

Em contato com o relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), Deputado Laércio Oliveira, o Fórum do Gás declarou apoio à aprovação do PL o mais rápido possível, nos termos em que foi aprovado na Comissão de Minas e Energia, ressaltando sua importância para a economia brasileira e para o setor de gás natural.

Ficou acordado que serão realizados vídeos explicando a importância da aprovação do PL, que serão elaborados tanto pelo Deputado, quanto pelas associações constituintes do Fórum, e posteriormente divulgados à sociedade, agentes de mercado e demais parlamentares.

Adicionalmente, serão realizadas publicações de artigos, de forma a evidenciar as falhas no discurso contrário à aprovação do PL, ações coordenadas nas mídias sociais, lives, entrevistas e até uma coletiva de imprensa.

Por fim, foi ressaltada a importância de as associações solicitarem apoio aos seus associados no sentido de intensificar os esforços junto aos parlamentares e a mídia para aprovação do PL do Gás.

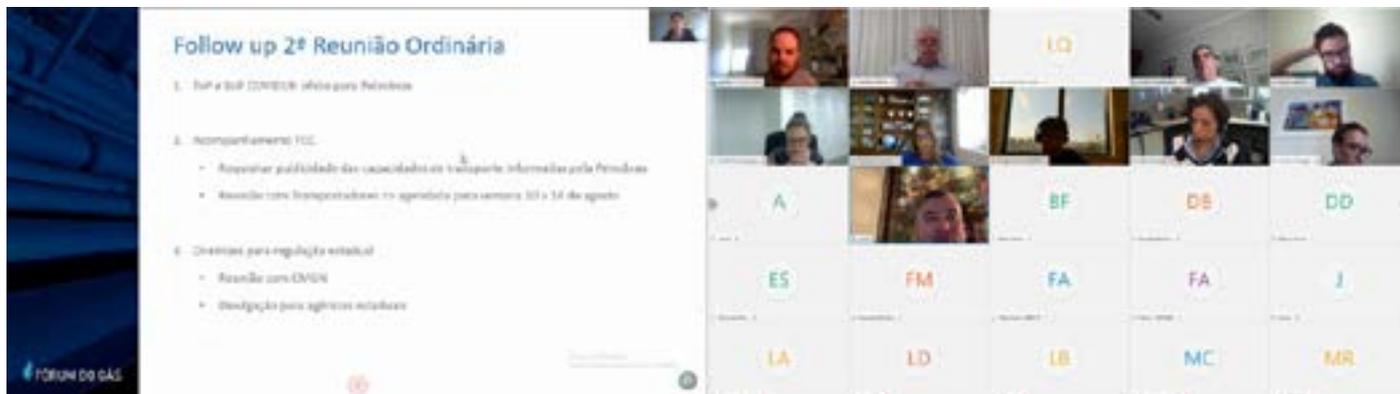
Atuação estadual

No Espírito Santo, a distribuidora de gás “ESGás”, entrará em operação em agosto. Portanto, o Fórum do Gás acompanhará esse processo, analisando se há necessidade de atuação. Também buscará intensificar ações em estados-chave já previamente definidos.

Por fim, os integrantes do Fórum levantaram preocupação com a situação regulatória



do Rio de Janeiro frente ao mercado de gás. A última regulamentação foi publicada em fevereiro, e a distribuidora entrou com embargo, que até hoje não foi deliberado, gerando instabilidade jurídica no setor. Logo, será solicitada reunião com a Agenera e com o estado do RJ para o melhor entendimento da situação.



A apresentação da reunião está disponível no site da Abraceel.



Sexta Livre: Deputado Arnaldo Jardim conversa com associados sobre a agenda do setor

Matéria em 1 minuto:

O deputado enxerga um cenário difícil para aprovação da MP 950;

O PL do gás é uma das prioridades da Câmara e portabilidade depende de maior liderança do executivo;

Pediu apoio da Abraceel no projeto de lei que trata sobre debêntures;

Arnaldo fez coro com Marcos Rogério sobre a perspectiva favorável de solução para GSF;

Arnaldo diz que tramitação do PL 1917 na Câmara depende do Senado;

GD deve ser tratada no Projeto de mudança do modelo comercial do setor.



Tempo de leitura:
4 minutos

Na terceira edição da Sexta Livre, o deputado Arnaldo Jardim (líder do Cidadania) trouxe um panorama da agenda política na Câmara e as perspectivas de avanço nas matérias do setor energético. Iniciando a reunião, Reginaldo Medeiros agradeceu a gentileza do deputado e a presença todos, sugerindo um roteiro para a palestra do Deputado que incluía a perspectiva de aprovação das matérias do setor ainda esse ano. Em seguida, representando os associados, Cláudio Monteiro, da associada Matrix, deu as boas-vindas e enfatizou o papel estratégico do deputado na condução dos temas de infraestrutura no Poder Legislativo.



No início da reunião, o deputado ressaltou a atuação propositiva da Abraceel no Congresso e a liderança na condução do setor energético, em particular os que afetam o nosso mercado. Na sequência, Arnaldo fez um resumo da atuação da Câmara diante da pandemia, cujo foco inicial estava nas medidas emergenciais para contornar a crise e disse

que no momento a Casa avança em uma pauta estruturante da economia. Pediu apoio da Abraceel ao PL 2646/2020 (PL das debêntures), que deve ser relatado pelo deputado Jardim. Sobre a agenda do setor:



PL 1917/2015 | O deputado pontuou que a modernização do setor elétrico está sendo tratada de maneira pontual em diferentes projetos, por exemplo o próprio PL 1917 e o Código Brasileiro de Energia Elétrica (cujo texto será apresentado na próxima sexta, 31.07, pelo deputado Lafayette de Andrada, relator da proposta). O mesmo assunto também é discutido no Senado via PLS 232, havendo um esforço para que a matéria seja rapidamente deliberada, embora tenha sido apresentado requerimento para votação em Plenário. O deputado acredita que uma liderança vinda do Executivo seria fundamental para acelerar o tema.

MP 950 | Com o prazo próximo do vencimento, dia 05.08, o deputado traçou um cenário desafiador para aprovar a MP na Câmara e no Senado em tempo hábil – “subiu no telhado”, disse o parlamentar. A pauta da Câmara está extensa em relação a medidas provisórias e o foco nos próximos dias estará concentrado na MP 944 (que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos) e MP 945 (Medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no setor portuário e cessão de pátios sob administração militar).

PL 6407/2013 (PL do gás) | A pauta está sendo prioridade para a Câmara e a matéria deve avançar. Segundo Arnaldo Jardim, o texto aprovado na CME representa um importante avanço, mas existem resistências, principalmente do segmento de distribuição. Propostas alternativas estão em discussão no parlamento. De qualquer forma, reforçou sua confiança na aprovação da matéria no plenário da Câmara até o final do próximo mês.

PL 3975/2019 (GSF) | Questionado pelo conselheiro Paulo Tarso (Petrobras) se a perspectiva de resolução do GSF em agosto era possível, o deputado confirmou o que há havia relatado o Senador Marcos Rogério na SEXTA-LIVRE da Abraceel. Como o Senado está voltado para uma pauta relacionada à pandemia, seja em termos da saúde ou questões econômicas relacionadas à crise, destacou que trabalhou em conjunto com o senador Marcos Rogério (DEM-RO) para argumentar que a deliberação do projeto garantiria liquidez ao setor de energia e, portanto, era fundamental sua deliberação.

Cenário Eleitoral | Em resposta à Cláudio Monteiro, destacou que a pandemia trouxe maior protagonismo para os atuais prefeitos, que, de maneira geral, devem sair em vantagem na corrida eleitoral do final do ano.

GD | Por fim, Arnaldo Jardim manifestou seu entendimento de que a GD deve ser discutida no âmbito das demais matérias do setor elétrico, sendo necessária uma visão mais ampla do tema.

Finalizando o encontro, Cláudio Monteiro, em nome dos associados reiterou os agradecimentos ao Deputado Arnaldo Jardim, expressos anteriormente por Ângela Oliveira e Reginaldo Medeiros. A associação agradece a participação de mais de 100 associados que prestigiaram a 3ª SEXTA-LIVRE Abraceel!

Seção especial: Lives do Setor Elétrico

Webinar ABDEM: Conta COVID e a visão das instituições do Setor Elétrico | 21.07

Participantes:

Bernardo Sicsú – Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel

Marcos Madureira – Presidente Executivo da Abradee

Tiago Soares – Diretor de assuntos econômico-financeiros da Abrate

Paulo Pedrosa – Presidente Executivo da Abrace

Iniciando as apresentações, Bernardo Sicsú alegou que apesar de necessária, a Conta-Covid é mais uma demonstração de que o modelo do setor elétrico está esgotado, pois, se nada for feito, o próximo choque de oferta ou demanda resultará em mais uma conta a ser paga pelo consumidor, sendo urgente a necessidade de reforma do modelo comercial.

Questionado sobre quais seriam as prioridades do setor de energia após a Conta-Covid, Bernardo respondeu que seria a solução do GSF, a continuidade na liberação de recursos que não estão sendo utilizados, como o P&D, o aprimoramento dos mecanismos de gestão contratual das distribuidoras e a abertura do mercado de energia para a baixa tensão. Ressaltou que o Congresso e o Governo Federal deveriam incluir nas medidas que estão sendo prometidas para dinamizar a economia no pós-Covid a reforma do setor elétrico.

A reforma do nosso modelo comercial é urgente

- Pandemia reforçou que devemos buscar soluções de mercado, sem subsídios
- Não estamos preparados para o presente, quem dirá o futuro (armazenamento, carro elétrico, automação, etc.)
- Modernização em discussão no Congresso (PLS 232 e PL 1917) e Governo Federal (GT Modernização)

Diagrama central: Modernização do Setor Elétrico

Diagrama inferior: Três cartões com seta de movimento

- Cartão 1 (Azul): Proposta de criação de uma nova entidade reguladora de energia elétrica
- Cartão 2 (Verde): Criação de uma nova entidade reguladora de energia elétrica
- Cartão 3 (Verde): Criação de uma nova entidade reguladora de energia elétrica

Aliás, foi consenso entre os palestrantes a necessidade de modernização do setor, sendo de extrema importância ações imediatas no pós-pandemia, com ampla participação e diálogo dos agentes do mercado, para assim buscar um caminho comum e benéfico a todos.

A apresentação realizada pela Abraceel está disponível no nosso site e a íntegra do encontro pode ser acessada [clikando aqui](#).

**Enase Talks: Operação, mercado e tecnologia | 22.07****Participantes:**

Luiz Augusto Barroso, presidente da PSR

Marcelo Prais, diretor de TI, Relacionamento com os Agentes e Assuntos Regulatórios do ONS]

Moderador: Rodrigo Ferreira, Canal Energia

Matriz energética brasileira

Iniciando a live, Marcelo Prais afirmou que estamos vivendo um período de transição energética. Disse que antigamente nossa matriz era composta majoritariamente pela geração hidrelétrica com um pouco de termelétricas. Nos dias atuais, temos um mix de geração centralizada com foco em energias renováveis, o que torna mais complexo e traz mais desafios para o Operador do sistema. Alguns desses desafios são lacunas na regulação do mercado e a intermitência das fontes renováveis.

Questionado se há um limite para o setor elétrico absorver as renováveis na matriz energética, Prais informou que logo mais será apresentado estudo para o setor sobre o assunto. Disse que provavelmente a carga deverá dobrar nos próximos 20 anos e que, em média, 45% da matriz será composta de renováveis não convencionais e que ainda assim o setor elétrico brasileiro se manterá de pé.

Preço horário

Sobre o preço horário, Prais concordou que não há discussão se o preço horário deve entrar ou não, pois este é uma necessidade do setor. Reforçou que a partir de 2021 o preço horário estará vigente. Abordou ainda a necessidade de adequação de carga e preço como mecanismo de indução de eficiência do setor.

Papel do ONS

Ao final, questionado sobre como o ONS tem entregado valor para a sociedade, Prais respondeu que o Operador quer ser enxergado como centro de valor e não centro de custo e que está focado em mudar o pensamento da sociedade em relação ao tema.



RADAR LEGISLATIVO

Governo apresenta sua proposta para a Reforma Tributária:

O grande marco da semana foi a apresentação da proposta do Governo sobre a reforma tributária por meio do PL 3887/2020. Essa proposta irá somar as outras que já tramitam na Câmara dos Deputados (PEC 45/2019) e no Senado Federal (PEC 110/2019).



O projeto cria uma contribuição chamada de Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, que vai substituir o PIS/PASEP e COFINS. O novo tributo entra em vigor 6 meses após a publicação da lei. Na próxima semana, a Comissão Mista da Reforma Tributária voltará a se reunir para discutir as três propostas que já estão no Congresso, de acordo com o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que preside a comissão. A Abraceel está avaliando o texto em conjunto com sua consultoria jurídica.

Câmara dos Deputados:

A pauta da Câmara concentrou-se na aprovação da PEC 15/15 (Fundeb), na MP 938 (apoio financeiro pela União aos estados e municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes da pandemia) e no PL 4731/2019 (amplia a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

Senado Federal:

O Senado aprovou a MP 934 (que desobriga escolas e universidades de cumprir a quantidade mínima de dias letivos em 2020 devido à pandemia) e a MP 986 (regulamenta repasse de verbas para a cultura).

E a MP 950?

Apesar do prazo apertado, já que perde a validade no dia 5 de agosto, ainda há possibilidade de ser votada. O deputado Léo Moraes (Podemos-RO) apresentou a última versão do seu relatório na segunda, 20.07, retirando emenda de sua autoria, que prorrogava os benefícios enquanto durasse o estado de calamidade. Na versão final do relatório, o benefício é estendido até 31.08.2020.

A MP precisa ser deliberada na Câmara e no Senado para, posteriormente, ir à sanção. Isso se o Senado não modifi-

car o texto da Câmara, já que, havendo modificações, retorna para os deputados deliberarem a versão final. Além da MP 950, a Câmara precisa analisar outras 53 medidas provisórias, das quais 10 “caducam” antes do dia 05.08. Está sendo cada vez mais rotineira a deliberação de medidas provisórias bem perto do prazo de vencimento.





CURTAS

Encontro dos Comercializadores do Rio de Janeiro

Alexandre Lopes participou, em 21.07, da quarta edição do “Encontro dos Comercializadores do Rio de Janeiro”, promovido pela FGV Energia. O evento teve a participação de diversos associados da Abraceel e contou com uma apresentação do diretor-presidente do BBCE, Carlos Ratto, sobre a negociação de produtos financeiros na comercialização de energia elétrica, seus benefícios e os produtos em desenvolvimento pelo Balcão.

Caixa de sugestões Abraceel

Com o objetivo de aprimorar a interlocução da Abraceel com os associados, criamos um novo canal de comunicação através do e-mail sugestao@abraceel.com.br para acolher as propostas e sugestões das empresas. As contribuições referentes às atribuições exclusivas do Conselho de Administração, como mudanças no Estatuto Social, serão encaminhadas para deliberação dos Conselheiros. Todas as demais sugestões e propostas recebidas serão analisadas e respondidas formalmente pela Diretoria Executiva.

Contribuição Abraceel TS 07/Aneel: Segurança Cibernética

A Abraceel enviou contribuição à Tomada de Subsídios nº 07 da Aneel, que visa avaliar a necessidade de intervenção regulatória para a segurança cibernética no SEB. A versão final do documento está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas Técnicas”.

Contratos da Conta-Covid são assinados

Em reunião de diretoria do dia 21.07, a Aneel aprovou os contratos da Conta-Covid. A expectativa é que o primeiro desembolso de recursos ocorra no dia 31.07, no valor de R\$ 11,83 bilhões, sendo 77% do total da operação. Serão no total sete desembolsos, que irão finalizar no dia 28.12. O custo total da operação foi calculado em CDI + 3,79%. A previsão é que a primeira parcela seja paga em junho de 2021 e a amortização tenha prazo de 54 meses. No dia 22.07, a CCEE assinou os contratos com 16 instituições financeiras, sendo que 29% dos aportes serão oriundos de bancos públicos e 71% de bancos privados.



PRÓXIMA SEMANA

27.07 – Segunda-feira: Reginaldo Medeiros e Alexandre Lopes participam da reunião da CCEE de interação com as associações do setor elétrico, às 10h;

Vice-presidência de Energia se reúne com a associada Engie para discutir a CP 42/Aneel, com o objetivo de discutir aprimoramentos dos módulos, da consolidação de resultados, do MCSD, e do MVE das Regras de Comercialização de Energia Elétrica, às 15h.

29.07 – Quarta-feira: Reunião virtual com Carlos Ratto, do BBCE, e associados da Abraceel para discutir o desenvolvimento sustentável do mercado de negociação de energia, às 15h.